

LÉLIA GONZALEZ, A MULHER QUE SABIA PRETUGUÊS.

Aluna: Milena Pereira

Orientadores: profa. Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves.

2.1 Introdução

Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994) foi uma importante intelectual e feminista negra brasileira e referência nos movimentos negros e de mulheres no Brasil. Professora e diretora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio nos anos de 1980, Lélia também participou ativamente da luta política pela redemocratização do país. Parte da discussão de suas obras enfatiza teorizações acerca da inserção das mulheres e homens negros na sociedade, com destaque para o debate a respeito das experiências dos mesmos contra o racismo, a desigualdade e a invisibilidade social.



Sala de aula da PUC-Rio, 1987. Acervo Núcleo de Memória

Lélia também desempenhou um importante papel dentro do movimento feminista no Brasil ao questionar seus alicerces tão sedimentados no movimento de mulheres europeu e norte-americano, que excluía, dessa maneira, em seu programa de ação mulheres negras e indígenas. Influenciada pelas ideias do pensador Frantz Fanon [1], a autora defendeu a descolonização do pensamento e do movimento feminista nacional e com isso a fundação de um “Feminismo Afrolatinoamericano”, expressão empregada pela própria autora [2].

Escolher pesquisar sobre Lélia Gonzalez está para além da tentativa de resgate de sua memória, pois essa importante intelectual e militante fez parte de uma entrega coletiva de legitimação intelectual protagonizada pelo movimento negro unificado no Brasil. Sua atuação

nos movimentos sociais e simultaneamente na academia nos evidencia tamanha inquietação de mudança que Lélia Gonzalez abarcava dentro de si. Como Lélia mesmo evidenciava em entrevistas e textos, apenas trabalhar com teorias não era suficiente, era preciso também operá-las para transformação do mundo real. Contudo, ter acesso à história de uma mulher negra no Brasil, ainda nos apresenta uma delicada situação, pois avalio no decorrer do processo os contornos silenciosos e vazios das lacunas de sua história dentro e fora da instituição PUC-Rio.

A primeira etapa da pesquisa terá como recorte a atuação de Lélia dentro da universidade e no Jornal Mulherio, periódico feminista no qual Lélia atuou como articulista e membro da Comissão Editorial, entre os anos de 1981 e 1984. Buscando assim, compreender a relevância de seu legado conceitual para os estudos contemporâneos sobre as relações raciais e de gênero no Brasil.

Transição entre Lélia de Almeida a Lélia Gonzalez

Filha de um operário e de uma empregada doméstica, Lélia de Almeida nasceu na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, no dia 1º de fevereiro de 1935.

O sobrenome Gonzalez, com o qual se tornou conhecida no âmbito da militância e da produção acadêmica, é fruto do casamento com o espanhol Luiz Carlos Gonzalez nos anos de 1960 [3]. Aos oito anos de idade, Lélia desloca-se da capital mineira com toda a família em direção ao Rio de Janeiro, onde permaneceu até o fim de sua vida, em julho de 1994. Como ocorre a uma parcela considerável da população negra do sexo feminino até os dias atuais, Lélia passou pelo emprego doméstico, conforme relatou em uma entrevista concedida ao jornal *O Pasquim*, no ano de 1986:

Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse para casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi muito contra isso então o pessoal terminou me trazendo de volta para casa [4].

Apesar das dificuldades financeiras e familiares, Lélia concluiu o ensino médio em 1954, no colégio público Pedro II, tradicional escola carioca. Nos quatro anos seguintes, gradua-se em História e Geografia (1958) na então Universidade do Estado da Guanabara – hoje conhecida como UERJ - e logo em seguida, em 1962, torna-se filósofa pela mesma instituição. Formada, passa a lecionar em escolas e posteriormente em universidades de reconhecido prestígio do Rio de Janeiro, como a PUC-Rio - instituição que permanece por 16 anos no corpo docente [5]. Também em meados de 1960, Lélia exerce a função de tradutora de livros em francês de Filosofia e Psicanálise para o português. O trabalho acadêmico permitiu a ascensão social de Lélia Gonzalez: de babá e empregada doméstica na infância e adolescência passa para a profissão de professora universitária, alcançando assim a condição de negra de classe média, fato raro na década de 1970 no Brasil.

Autora de dois livros, *Lugar de negro* [6], de 1982 (em coautoria com Carlos Hasenbalg) e *Festas Populares no Brasil* [7], publicado em 1987, Lélia Gonzalez foi responsável por um momento representativo na história da população negra no Brasil: ao lado de outros militantes, fundou o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, sigla mais tarde reduzida para MNU), em 1978, entidade que denunciou a falácia do mito da democracia racial e reivindicou o fim da violência e da discriminação sofrida pelos negros cotidianamente, além de exigir políticas públicas e igualdade de participação para a população negra no Brasil. De acordo com a intelectual, Cláudia Pons Cardoso, Lélia Gonzalez foi pioneira ao questionar o feminismo, cujas bases são calcadas no movimento de mulheres europeu, excluindo, dessa forma, em suas plataformas de ação mulheres negras e indígenas [8]. Influenciada pelas ideias de Frantz Fanon [9], Lélia defendia a descolonização

do movimento feminista nacional e conseqüentemente a fundação de um “Feminismo Afrolatinoamericano”, expressão cunhada pela própria autora. Lélia faleceu no dia 10 de julho do ano de 1994 na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de problemas cardíacos. Nos seus intensos 59 anos de vida, a autora conseguiu imprimir novas questões e cores na imprensa brasileira através de sua importante atuação no jornal feminista *Mulherio* [10].

Falar e escrever Pretuguês.

A produção acadêmica de Lélia Gonzalez se deu dentro e fora da academia de maneira intensa. Nas pesquisas podemos notar que se intensificou entre os anos de 1977 a 1988. Seus principais livros foram *Lugar de Negro* [11], escrito em parceria com Carlos Hasenbalg e *Festas Populares no Brasil* [12]. Além destes, Lélia também publicou em diversos jornais, revistas e publicações acadêmicas. Com o passar dos anos Lélia tornou-se uma referência nos estudos de raça e gênero no Brasil e surge a partir deste reconhecimento, a transformação pessoal e na escrita da autora: a liberdade de recriar e ressignificar a expressão escrita de uma pesquisadora e professora universitária que não se conformava com os padrões formais estabelecidos [13].

Lélia Gonzalez passou a adotar como estilo e posicionamento político palavras e expressões populares - algumas de origens africanas e gírias usadas pelas camadas populares - , passou a empregar o pretuguês - terminologia que segundo ela era utilizada pelos africanos. Uso defendido e explicado por ela da seguinte maneira:

Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria a gente não é, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português é pretuguês [14].

A autora, por vezes, mistura, enreda o português com elementos linguísticos africanos, em uma tentativa política de evidenciar o preconceito racial existente na definição da língua materna brasileira - situação esta alimentadora do racismo linguístico e racial do colonizador com o colonizado não somente no Brasil, como também, nos países africanos. Como resultado do enredamento, define a autora:

Aquilo que chamo de ‘pretuguês’ nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil. É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando dizemos que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não percebem que estão falando pretuguês [15].

Lélia Gonzalez era uma conhecedora da língua portuguesa formal e também da oralidade de alguns países da África, que envolve não apenas suas tradições, mas principalmente o respeito pela maneira de falar dos nativos. A autora foi capaz de unir de maneira respeitosa a escrita literária à tradição dos contos orais africanos. Também foi capaz de transformar em produção artística a linguagem falada pelo homem do povo, consequência do encontro de culturas.

Dessa maneira, Lélia incorporava gíria e dialeto ao seu discurso no intuito de incorporar no falar as expressões usadas pelos mais diversos públicos. Usava e abusava da economia linguística em seus artigos: *pra* ao invés de *para*; *tava* ao invés de *estava*; *tamos* ao invés de *estamos*; *cumé* ao invés de *como é*. Encontra-se muitas gírias usadas pelos jovens da época como: *papo* (conversar), *sacar* (compreender), *mancada* (falta), *lance* (situação) [16]. É importante ressaltar que não era recomendado que uma acadêmica de renome se expressasse dessa maneira como Lélia fazia em entrevistas e publicações.

Lélia tinha uma grande preocupação de comunicar com todos os públicos e ser compreendida. É visível também a irreverência da autora diante de acadêmicos, políticos ou jornalistas. Contudo também existem artigos publicados em jornais em que ela, fazendo uso de um linguajar mais coloquial, deixou evidente o intuito de se comunicar com um público mais variado - reflexo de sua intensa experiência de contato popular no coletivo de mulheres negras na baixada fluminense, o Nzinga, e com as lideranças comunitárias durante suas campanhas partidárias [17].

Nas entrevistas e textos publicados entre os anos de 1991 à 1994, Lélia Gonzalez fez pouco uso da linguagem coloquial. Esse período corresponde à fase em que ela estava mais reflexiva, o que não significa que estivesse desistindo de seus posicionamentos. Muito pelo contrário, a professora, ativista e intelectual seguiu sendo notada e admirada por seus leitores e ouvintes, passando a representar como exemplo da voz feminina negra dentro e fora do ambiente acadêmico.

Defesa do pluralismo no feminismo dentro do Movimento Negro.

A criação de núcleos e coletivos femininos negro com a finalidade de pautar as questões de gênero e raça ocorreu no interior do movimento negro no final dos anos 1970. Eram recorrentes queixas compartilhadas entre as militantes que sentiam-se desconfortáveis com os comportamentos machistas de seus companheiros de militância. Nos encontros e reuniões, os homens agiam de maneira autoritária, silenciando o protagonismo e as vozes das mulheres. E acabavam por dominar as estruturas decisórias dentro do movimento negro. Com isso, as mulheres negras eram oprimidas e tinham subtraído o direito a ter direitos dentro da militância - pois no espaço do trabalho, da escola e da casa isso já era negado historicamente.

Dentro do movimento negro foram poucas as militantes com ensino superior neste período a alcançarem uma posição econômica condizente com sua formação. Em se tratando das ativistas casadas, a jornada de trabalho tornava-se mais extensa, pois também era preciso cuidar da casa e dos filhos.

Lélia criou junto de sua irmã, o sobrinho Rubens, mas não era casada e nem tinha filhos biológicos quando assumiu importantes posições dentro do movimento negro. Contudo, dentro do movimento, Lélia era uma das mulheres mais velhas do grupo e tinha um currículo profissional de prestígio. O que conferia a ela respeito e admiração pelas demais militantes - e logo assumiu uma posição de autoridade e confiança.

Dessa forma, mesmo sem ter atuado nas primeiras reuniões das mulheres negras do movimento negro carioca, que aconteceram na Cândido Mendes por volta de 1973 e 1974 [18], Lélia foi recebida pelas ativistas com grande consideração e respeito. Assim que tomou conhecimento da organização e das reuniões femininas, tratou de registrar a luta dessas mulheres em seus escritos e entrevistas, escrevendo, inclusive sobre o processo de construção dos coletivos:

Todas nós, sem jamais termos nos distanciado do movimento negro, continuamos a discutir as nossas questões específicas junto aos nossos companheiros, que muitas vezes nos tentam excluir dos níveis de decisões, delegando tarefas mais "femininas". Desnecessário dizer que o movimento negro não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir práticas originárias mistas, sobretudo no que diz respeito ao sexismo [19].

A partir dessas reflexões e articulações femininas, surgiu a necessidade de construir um grupo que fosse autônomo, fora das dependências masculinas do movimento negro. Dessa forma, foi criado, então, em 16 de junho de 1983, na sede da Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro, o Nzinga Coletivo de Mulheres [20], do qual Lélia Gonzalez foi a primeira coordenadora.

A motivação para a escolha do coletivo é uma referência à rainha africana e sua luta para enfrentar o poder colonial em Angola. Contudo as representações simbólicas não

terminavam na nomenclatura. As cores adotadas pelo movimento tinham relação com os mitos afro-brasileiros e representavam o movimento feminista. Tal junção se expressou nas cores escolhidas para representar a identidade visual do coletivo Nzinga: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. O coletivo se fez representar por um pássaro, pois segundo Lélia Gonzalez, significava a ancestralidade feminina de tradição nagô [21].

O principal intuito do coletivo era trabalhar com mulheres negras das camadas populares, por esta razão, a escolha do espaço onde desenvolveria suas atividades. Os movimentos sociais negros e feministas daquela época perceberam a importância de se aproximarem cada vez mais das camadas menos favorecidas da sociedade, em particular as bases populares em que a mobilização coletiva se mostrava viável.

Um apoio importante para a estruturação do coletivo e formação das mulheres foi o diverso agrupamento político de diferentes classes e posições sociais (moradoras do morro e de bairros de classe média, trabalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária trocavam experiências entre si na formação deste espaço). A então vereadora Benedita da Silva, foi uma importante figura neste processo, pois possibilitou os recursos necessários para a realização de eventos e encontros de mulheres negras, com especial destaque para os Seminários de Mulheres de Favela e Periferia, que marcaram também o aparecimento do Coletivo de Mulheres de Favelas e Periferia [22].

A criação e a vivência dentro do coletivo Nzinga foi muito significativa, pois buscou desenvolver por intermédio das vivências e das trocas, o entendimento das categorias de raça, gênero e classe. Benedita da Silva, que esteve intimamente vinculada com o coletivo, fez o seguinte comentário sobre as demandas das mulheres e ao feminismo negro:

A grande discussão do momento era "meu corpo me pertence". E o corpo da mulher negra da comunidade era um corpo que tinha que ir para a fila pegar água de madrugada. Algumas pegavam lenha e outras o gás, que acabava. Outra tinha o quarto em casa. O quarto era tudo para ela: era a sala, a cozinha e o banheiro. E aquelas violências domésticas que aconteciam. Também as coisas que pensavam da vida de uma mulher negra, naquele momento era fundamental a discussão, e essa mulher se queixava de muita coisa. Essa mulher tinha outras coisas, tinha a escola que não tinha vaga para o filho dela [23].

Para uma intelectual como Lélia Gonzalez que buscava dialogar com diversos espaços - tanto acadêmico como da militância -, era preciso intervenções no âmbito social e prático, na qual se pudessem operá-los numa experiência de transformação das micro ações do cotidiano. Lélia foi uma das autoras que mais discutiu a exploração e subordinação a que as mulheres negras eram submetidas, destinando boa parte de sua vida intelectual e política a construir teorias e pensamentos críticos que problematizassem o contexto de raça, gênero e classe.

O reconhecimento da importância de Lélia Gonzalez na construção de um discurso acerca das especificidades da mulher negra na sociedade brasileira é ainda hoje reforçado por intelectuais contemporâneos. Ativistas e intelectuais que posteriormente formaram coletivos e organizações de mulheres negras reforçam os conceitos de Lélia, como no caso da intelectual Sueli Carneiro:

Lélia Gonzalez organizou o que faltava, ela organizou um sentido de uma experiência única de ser mulher, ela decodificou a especificidade dessa identidade e como isso era um eixo político próprio, único, que não podia ser dissolvido, fosse na questão racial conduzida pelos homens, naquele momento, fosse na questão de gênero, do ponto de vista da mulher, conduzida pelas mulheres brancas [24].

As questões levantadas por Sueli Carneiro nos revela, de forma mais abrangente, o significado do discurso de Lélia Gonzalez e a força de sua crítica, que ultrapassavam as questões do movimento negro e as esferas de atuação do feminismo brasileiro daquele período.

O contato de Lélia com o movimento feminista se intensificou no início da década de 1980, ocasião em que integrou o conselho editorial do jornal *Mulherio* - periódico de mulheres intelectuais que circulou durante quase toda a década de 1980 [25]. Era debatido nos textos da publicação a importância da ampliação da consciência de gênero e o combate do machismo na sociedade brasileira. Dentro desse ambiente cultural, Lélia Gonzalez problematizou a questão da mulher negra como categoria dotada de especificidades na luta contra a desigualdade sociais entre os sexos, tema que ela conseguia estender a todos os outros debates feministas.

Os artigos de Lélia Gonzalez dentro do jornal se diferenciavam por abordar também a questão racial, pois a autora compreendia a diferenciação no tratamento em relação a mulher negra e como ela sofria duplamente, pois abarcava em si duas condições: por ser mulher e negra. Para Lélia, "os efeitos das desigualdades raciais são muito mais contundentes que os da desigualdade sexual" [26]. Dessa forma, o feminismo precisava ampliar seu campo de compreensão, ou seja, precisava compreender que a questão racial também constituía um forte elemento de exclusão.

Segundo Lélia Gonzalez, as mulheres negras formavam a base de uma hierarquia racial, pois existem diferenças comprovadas em pesquisas como o (Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1976), que revelavam as diferenças entre mulheres e homens brancos eram menores do que as diferenças entre mulheres brancas e negras [27]. Sua reflexão se dava para além das distâncias socioeconômicas entre mulheres negras e brancas. Lélia alertava para o fato do processo de construção do nosso feminismo brasileiro retroalimentar a opressão feminina negra. Ou seja, a liberdade de mulheres brancas estava ligada a exploração de raça de outras mulheres que não tinham ao seu dispor os mesmos privilégios sociais.

As Vozes do *Mulherio*

De acordo com a tendência da imprensa feminista da década de 1980, o jornal *Mulherio* nasce por intermédio do financiamento da Fundação Ford e tem como sede a Fundação Carlos Chagas, na capital paulista. Havia um núcleo de pesquisadoras sobre a condição feminina brasileira dentro da FCC. O jornal surge e desenha-se com a finalidade de ser um canal de comunicação entre os trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa e de outras instituições que se dedicavam às questões de gênero no Brasil [28].

Nos textos e artigos publicados no jornal *Mulherio*, eram debatidos temas considerados tabus para a época, como a legalização do aborto, inserção feminina no mercado de trabalho, métodos contraceptivos e a participação política, especialmente em cargos eletivos. A defesa dos direitos da mulher e as condições de trabalho também eram temas diversas vezes mencionados nos artigos, incluindo-se, dessa forma, questões comportamentais, panorama político, cultural e econômico do período. Com a possibilidade de oferecer posteriormente a venda de assinaturas, possibilitou a circulação do jornal por diversos estados do país.

O conselho editorial do *Mulherio* era composto por profissionais com grande destaque em suas áreas de atuação e no movimento feminista no Brasil. Alguns nomes como: Fúlvia Rosemberg (responsável e idealizadora do projeto), Adélia Borges (editora), Ruth Cardoso (socióloga), Maria Carneiro da Cunha (antropóloga), Lucia Castello Branco (professora e psicanalista), e ela, Lélia Gonzalez [29].



Jornal Mulherio, Ano II, nº 9, 1982. [30]

A primeira publicação do jornal já indicava os rumos e o posicionamento político das edições futuras do que se tornaria um dos mais importantes jornais feministas do país – foram publicadas 36 entre os anos de 1981 a 1988 [31]. No editorial de estreia, Adélia Borges, redatora da publicação, apresenta e notifica o porquê do nome Mulherio:

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada no sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem, ou então, “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa”. Em seguida à definição, vêm as mesmas posições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. - todas sinônimo de meretriz. As três exceções. “mulher de César” (de reputação inatacável), “mulher do piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”. Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”: “de ação”, “de bem”, “de Estado”, “de letras”, “de negócios”, etc.

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. E o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática [32]

No número de lançamento, o jornal Mulherio contava com apenas quatro páginas - uma espécie de piloto do projeto. A partir do número 1, a edição deixa de ser um pequeno boletim e assume o formato de um tabloide, com um número de páginas que variava entre 16 a 24 páginas de acordo com cada edição. Nos três primeiros anos de publicação, o jornal Mulherio foi editado e lançado de maneira regular a cada dois meses, com o apoio da Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas. Em todo seu período de circulação o jornal foi muito bem sucedido, com repercussões positivas dentro e fora do país. Contudo, a partir da edição de número 15, com o fim do financiamento da Fundação Ford, o jornal Mulherio entra num período de incertezas, acarretando sua interrupção durante o período de sete meses [33].

No retorno, há muitas mudanças, inclusive no corpo editorial. Lélia Gonzalez, assim como as suas companheiras que deram início à publicação, deixa o Jornal Mulherio. Entre 1981 e 1984, período em que foi colaboradora e editora do jornal, Lélia publicou alguns artigos abordando questões como a discriminação racial, o processo de marginalização sofrido pelas mulheres negras na sociedade brasileira, o emprego doméstico e suas raízes históricas, temas até então pouco debatidos dentro do movimento feminista.

Sem o apoio da fundação norte-americana, o Mulherio ainda foi editado e publicado por mais quatro anos. A falta de recursos e parcerias inviabilizou a continuidade do projeto, que chegou ao fim em 1988 [34].

Conclusões

O Jornal Mulherio foi uma das publicações mais importantes do movimento feminista brasileiro. Notamos que a entrada de Lélia Gonzalez ao projeto, reflete diretamente no desenho editorial, pois através de seus artigos, ela pauta a necessidade de um feminismo plural, de modo que as especificidades e reivindicações das mulheres negras pudessem ser discutidas e asseguradas não apenas no periódico, mas na sociedade como um todo [35].

Lélia Gonzalez em toda sua trajetória dentro e fora da academia buscou descolonizar a letra e o feminismo. Em seus artigos no Jornal Mulherio, notamos que autora se utiliza de uma estrutura linguística que confronta o paradigma dominante. Lélia, em alguns textos, recorre a uma linguagem considerada fora do modelo acadêmico vigente, ou seja, sem obediência às regras da gramática normativa e convencional. Com isso, a autora reivindica prestígio mais que merecido para a fala das camadas populares, dando-lhe o status de importância semelhante ao da linguagem formal [36]. Lélia, ao subverter a estrutura da língua através do uso do que ela nominava como “pretoguês” nos força a rever a problemática que reflete o legado linguístico de culturas escravizadas que ainda nos dias atuais apresenta seus efeitos [37]. Dessa forma, também reconhece e problematiza a violência simbólica sofrida em diversos aspectos pelos negros oriundos das periferias ainda nos dias atuais.

Referências Bibliográficas:

1. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
2. GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93, 1988.
3. RATTS, Alex & RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010, p.55
4. JAGUAR. Lélia Gonzalez. **O Pasquim**. São Paulo, n. 871, p. 8-10.
5. VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006, p.49.
6. GONZALEZ, Lélia & HASENBALG Carlos. **Lugar de Negro**. Editora Marco Zero, 1982.
7. _____. **Festas Populares no Brasil**. Rio de Janeiro, 1987.

8. CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 113.
9. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 87.
10. SANTOS, Luana Dias. **Por um Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio**, 2013.
11. GONZALEZ, Lélia & HASENBALG Carlos. op.cit.
12. GONZALEZ, Lélia. **Festas Populares no Brasil**. op. cit.
13. RATTTS, Alex & RIOS, Flávia. op. cit., p.72.
14. PEREIRA, Carlos Alberto M.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 202.
15. GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.
16. RATTTS, Alex & RIOS, Flávia. op. cit., p.73.
17. Idem. Ibidem. p. 75.
18. VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006, p.57.
19. GONZALEZ, Lélia. **Mulher Negra Afrodiáspora**. Rio de Janeiro, Ipeafro, v.3, n.6/7, 1985, p.94.
20. RATTTS, Alex & RIOS, Flávia. op. cit., p.97.
21. Idem. Ibidem. p. 98.
22. BAIROS, Luiza. “Lembrando Lélia Gonzalez”. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006. p. 42.
23. Idem. Ibidem. p.61.
24. BORGES, Rosane. **Sueli Carneiro**. São Paulo: Selo Negro, 2009 (Coleção Retratos do Brasil Negro).
25. SANTOS, Luana Dias. op. cit., p. 09.
26. GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. **Mulherio**, São Paulo, ano I, no 3, 1981, p. 8.

27. GONZALEZ, Lélia. **Entrevista Lélia Gonzalez**. Jornal Movimento Negro Unificado, 1991.
28. SANTOS, Luana Dias. op. cit, p. 07.
29. Idem. Ibidem. p.08.
30. Jornal **Mulherio**, Ano II, nº 9, 1982.
31. SANTOS, Luana Dias op. cit, p. 08.
32. BORGES, Adélia. Por que Mulherio?. **Mulherio**. São Paulo, ano I, nº 0, março/abril de 1981, p. 1.
33. SANTOS, Luana Dias. op. cit, p. 06.
34. Idem. Ibidem. p.07.
35. CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-74**. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Escola de Comunicação e Artes, USP, 2004, p.20.
36. GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. **Mulherio**, op. cit., p. 4.
37. GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, 1983.